

Por Vladimir Platonow

O Ministério Público (MP) do Rio de Janeiro ajuizou uma ação civil pública (ACP) com pedido de ressarcimento de danos financeiros causados à Previdência Complementar dos Funcionários da Cedae (Prece) por operações fraudulentas na bolsa de valores BM&F. Segundo o MP, o esquema envolvia diretores da Prece, o ex-deputado Eduardo Cunha, o doleiro Lucio Bolonha Funaro.

As perdas foram calculadas em R\$ 39 milhões aos fundos exclusivos da previdência dos funcionários e R\$ 2 milhões à carteira própria da Prece, segundo inquérito administrativo instaurado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Ao todo, 12 acusados vão responder por ato de improbidade administrativa pelas fraudes.

De acordo com a ação, que foi ajuizada na terça-feira (25), a previdência da Cedae era usada como uma espécie de “seguro” para as aplicações. Os rendimentos financeiros dos negócios que geravam lucro eram divididos entre o grupo de 12 pessoas, incluindo diretores da Prece, além de Cunha e Funaro, apontado como operador de Cunha em esquemas de corrupção, segundo o MP.

Quando os investimentos geravam prejuízo, eram atribuídos exclusivamente à Prece, que ficava com as perdas. O esquema funcionou entre novembro de 2003 e março de 2006. O advogado Délio Lins, que defende Cunha, informou que ainda não teve acesso à ação e que, por isso, não poderia se pronunciar. A defesa de Funaro também foi procurada e disse que ele não foi citado, não conhece os fundamentos jurídicos da ação e que oportunamente exercerá o seu direito constitucional de defesa.

Fonte: Agência Brasil, em 27.07.2017.